# Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	8
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	9
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	10
2.5 Medições não contábeis	
2.6 Eventos subsequentes as DFs	14
2.7 Destinação de resultados	15
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	17
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	18
2.10 Planos de negócios	19
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	21
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	23
5.2 Descrição dos controles internos	30
5.3 Programa de integridade	33
5.4 Alterações significativas	37
5.5 Outras informações relevantes	38

#### 2.1 - Comentários dos Diretores

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações constantes deste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. ("Companhia" ou "d1000"), disponíveis no website da Companhia (<a href="https://ri.reded1000.com.br/">https://ri.reded1000.com.br/</a>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a nossa Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional.

Em 31 de dezembro de 2022, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$ 28,9 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$ 56,4 milhões. Dado que a nossa Companhia terminou o ano com valor de caixa superior ao montante de dívida, ela passou a uma situação de Caixa Líquido no valor de R\$ 27,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$ 51,0 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$ 106,9 milhões. Dado que a nossa Companhia terminou o ano com valor de caixa superior ao montante de dívida, ela passou a uma situação de Caixa Líquido no valor de R\$ 55,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a nossa Companhia possuía Dívida Bruta no valor de R\$ 28,9 milhões, representando uma redução de R\$ 22,0 milhões ou 43% em relação à Dívida Bruta registrada em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 51,0 milhões. Esta redução é decorrente da utilização dos recursos provenientes da nossa oferta pública primária de ações (realizada em agosto/2020) para amortização de parte de nossos empréstimos e financiamentos e resultado da melhora operacional da Companhia.

Ao fim do exercício de 2022, nosso índice de liquidez corrente (calculado pelo ativo circulante/passivo circulante) foi de 1,2 (1,1 em 31 de dezembro de 2021). A redução do nosso índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2022 em relação a 31 de dezembro de 2021 decorreu principalmente da redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.

#### b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 849,5 milhões, R\$ 11,4 milhão maior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$838,1 milhões. O aumento decorre do lucro líquido apurado no exercício de 2022.

A nossa estrutura de capital apresentou as seguintes características:

Em 31 de dezembro de 2022: 57,8% capital próprio e 42,2% capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2021: 57,0% capital próprio e 43,0% capital de terceiros.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em R\$ mil)	2022	2021			
Capital de Terceiros	621.222,00	632.378,82			
Capital Próprio	849.493,00	838.137,78			

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em \$ mil)	2022	2021			
Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	2362,00	48.530,89			
Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	26541,00	2.465,76			
Dívida Bruta (1)	28903,00	50.996,65			
(-) Caixa e equivalentes de caixa	- 56465,00	-96.357,10			
(-) instrumentos financeiros		-10.572.02			
(Ativo Circulante e Não Circulante)	0	-10.572,02			
Dívida Líquida	-27562,00	-50.932,47			

# c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossos Diretores acreditam que possuímos capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo, tendo em vista a geração de caixa operacional, a administração do capital de giro, as necessidades de Capex e o saldo de Aplicações Financeiras disponível. Acompanhamos de perto nosso índice de liquidez geral e, levando em consideração nossa evolução, acreditamos em nossa saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2022 apresentamos um índice de liquidez geral (ativo total/ passivo total) de 2,4 (2,3 em 31 de dezembro de 2021). A melhora do nosso índice de liquidez geral de 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2022 se deveu principalmente da redução do endividamento como resultado da melhora operacional da Companhia.

A tabela abaixo ilustra a evolução do nosso índice de liquidez:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em R\$ mil)	2022	2021			
Ativo Total	1.470.714	1.470.516			
Passivo Total	621.222,00	632.378			
Índice de Liquidez Geral	2,4	2,3			

# d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais (venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência), empréstimos de instituições financeiras e aportes de capital.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos nossa geração de caixa, principalmente, para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações (pagamento de dívida), investir em melhorias na nossa operação e abrir novas lojas.

Nossos empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão detalhados abaixo no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

# e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidade de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a nossa Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a nossa Companhia pode captar recursos junto a instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características.

#### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores da nossa Companhia reportaram que em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R\$ 29,0 milhões (R\$ 51,9 milhões em 31 de dezembro de 2021), em Real e indexados ao CDI

Nosso Caixa Líquido / Dívida Líquida é calculado(a) pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou Caixa Líquido de R\$ 27,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$55,9 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia e subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir (a coluna total representa o saldo total do empréstimo líquido do custo a apropriar):

Rosário S	Credor Safra	<b>Moeda</b> Real	Juros	Garantia	Vencimento		Custo da	Custo à	Principal	Juros	Total
	Safra	Real				efetiva	transação	apropriar			
Rosário S		i (Cai	CDI+ 3,10% a.a.	Aval Profarma	23/03/2027	5,10% a.a.	498.421	498.421	12.000.00 0	29.345	12.020.34
	Safra	Real	1	60% duplicatas Profarma	10/02/2027	4,37% a.a.	-	-	5.000.000	113.026	5.113.026
Rosário Bi o	Bradesc )	Real	CDI	60% duplicatas Profarma	16/12/2025	2,85% a.a.	-	-	5.000.000	35.874	5.035.874
CSB Bi	Bradesc	Real	CDI+3% a.a.	Aval Profarma	16/12/2025	5,00% a.a.	93.825	93.825	5.000.000	32.874	5.032.874
Rosário Bi o	Bradesc	Real	-	50% duplicatas Profarma	07/08/2023	3,50% a.a.	-	-	-	2.190.83 9	2.190.839

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização do principal de nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022:

Vencimento					
(em R\$ milhões)					
2023	2024	2025	Após 2025	Total	
2,4	9,0	10,4	6,8	28,9	

### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações de todos os nossos contratos de empréstimos e financiamentos relevantes estão descritas na tabela acima deste item, 2.1 (f) deste Formulário de Referência, acima.

#### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não existem relações de financiamento de longo prazo entre a nossa Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, além daquelas citadas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

#### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Na data deste Formulário de Referência, todas as dívidas financeiras da Companhia eram quirografárias. Para informações sobre a alienação fiduciária das ações da Rosário e da COF (garantia de uma dívida não financeira), vide item 2.9 deste Formulário de Referência. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não estamos sujeitos a *covenants* em contratos de financiamento da d1000, como restrição à troca de controle acionário, *cross-default* e/ou *cross-acceleration* atrelados a condições usuais para esse tipo de financiamento.

#### g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não possuíamos, em 31 de dezembro de 2022, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

# h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e se referem somente aos itens que tiveram alterações significativas em relação às nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Desta forma, apresentamos a seguir as explicações de tais variações ocorridas e ressaltamos que as informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis tanto no website da Companhia (https://ri.reded1000.com.br/) quanto no website da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

#### Demonstrações de Resultado

Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados que apresentaram variação em relação aos nossos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

#### Receita operacional líquida

A receita é registrada e mensurada obedecendo ao pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas são fundamentalmente representadas por vendas em balcão à vista e por cartão de débito e crédito para o consumidor final. Os clientes obtêm o controle dos produtos vendidos, substancialmente medicamentos e perfumaria, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes nas instalações do Grupo (lojas físicas), sendo as faturas emitidas e a receita reconhecida naquele momento. O grupo possui ainda a modalidade e-commerce em que o cliente adquire a mercadoria pelo canal digital e a faturas são emitidas e a receita reconhecida no momento em que o produto sai para entrega ao cliente. Eventuais descontos são concedidos no momento das vendas, e é reconhecido como redutores da receita. Dada a natureza dos produtos vendidos (medicamentos, origem controlada), raramente são aceitas devoluções.

## **Custo dos Produtos Vendidos**

A companhia utiliza o custo médio de aquisição, deduzido pelo líquido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável).

# Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos ativos são revisados em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de futuros lucros tributáveis progride.

Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras, em relação às principais contas das nossas demonstrações de resultados que apresentaram variação em relação aos nossos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Exercício so	2022x2021			
	2022		20	21	2022X2021
	(em R\$ milhares)	Variações verticais (%)	(em R\$ milhares)	Variações verticais (%)	Variação horizontal (%)
Receita operacional líquida	1.483.148,00	100,00%	1.141.393,48	100,00%	29,94%
Custos dos produtos vendidos	-1.007.636,00	-67,94%	-770.496,28	-67,50%	30,78%
Lucro Bruto	475.512,00	32,06%	370.897,20	32,50%	28,21%
Despesas Operacionais	-439.880,00	-29,66%	-373.008,54	-32,68%	17,93%
Despesas Gerais e administrativas	-41.927,00	-2,83%	-35.355,28	-3,10%	18,59%
Despesas Comerciais e marketing	-296.809,00	-20,01%	-258.731,35	-22,67%	14,72%
Despesas Logística e distribuição	-1.484,00	-0,10%	-1.493,55	-0,13%	-0,64%
Despesas de Depreciação e Amortização	-97.460,00	-6,57%	-94.037,73	-8,24%	3,64%
Provisão p/ Perda Crédito Esperado	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outras receitas/despesas operacionais	-2.200,00	-0,15%	16.609,37	1,46%	-113,25%
Resultado antes do Resultado Financeiro	35.632,00	2,40%	2.111,34	0,18%	1587,65%
Resultado Financeiro	-22.855,00	-1,54%	17.074,52	1,50%	-233,85%
Receitas financeiras	8.292,00	0,56%	7.151,97	0,63%	15,94%
Despesas financeiras	-31.147,00	-2,10%	-24.226,49	-2,12%	28,57%
Resultado antes dos Impostos	12.777,00	0,86%	-19.185,86	-1,68%	-166,60%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.422,00	-0,10%	21.165,21	1,85%	-106,72%
Resultado do Exercício	11.355,00	0,77%	1.979,36	0,17%	473,67%

Receita operacional líquida

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$ 1.483,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de R\$ 342,0 milhões, ou 29,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$1.141,4 milhões. Esse aumento decorreu principalmente do maior volume de produtos vendidos que, por sua vez, se deveu à reabertura de lojas de shopping em razão dos programas de vacinação nacional e regressão da pandemia, além do maior fluxo de pessoas nas ruas, movimentos que fizeram nossas receitas irem se recuperando ao longo de todo o ano. Além desses fatores, a Companhia também evoluiu em diversas iniciativas focadas em aumento de market share, bem como no seu projeto de expansão, tendo fechado o ano de 2022 com 218 lojas, um aumento de 4 lojas em relação ao fechamento de 2021.

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo de produtos vendidos totalizou R\$ 1.007,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de R\$ 237 milhões, ou 31%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$770,5 milhões. Este aumento decorreu do aumento de vendas mencionado acima.

#### Lucro Bruto

Em razão dos fatores discutidos acima, o Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$ 475,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de R\$ 105 milhões, ou 28%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, guando totalizou R\$ 370,9 milhões.

#### Despesa Operacional

As despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$ 439,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de R\$ 66,8 milhões, ou 17,9%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$373,0 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento de número de lojas em 2022, quando comparado com 2021. A despesa média por loja teve um incremento médio de 10% na comparação entre os períodos.

#### Resultado antes do Resultado Financeiro

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes do Resultado Financeiro da Companhia totalizou R\$ 35,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$33,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$2,1 milhões.

#### Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro totalizou R\$ 22,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$39,9 milhões quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou um resultado financeiro positivo de R\$17,1 milhões, principalmente, em função da alavancagem da empresa na comparação entre os períodos.

#### Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes dos Impostos da Companhia totalizou lucro de R\$ 12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando variação de R\$ 32 milhão em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou resultado negativo de R\$ 19,2 milhões.

#### Imposto de Renda (IR) e contribuição social

Nosso imposto de renda e contribuição social teve impacto negativo no resultado de R\$ 1,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando redução de R\$ 22,6 milhões, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou uma receita de R\$21,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente devido ao impacto positivo de R\$ 2,7 milhões, referente a exclusão da base de cálculo do Imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro de incentivos governamentais estaduais de acordo com as regras pré-estabelecidas pela Lei Complementar 160 do ano de 2017. No ano de 2021, tivemos o reconhecimento de R\$ 16 milhões relativos à prejuízo fiscal de anos anteriores contra R\$ 4,2 milhões em 2022.

#### Resultado do exercício

Nosso lucro totalizou R\$ 11,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação positiva de R\$ 9,4 milhão, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou um lucro líquido de R\$2,0 milhões. Esse aumento decorreu das explicações dos itens acima.

#### Demonstrações de fluxo de caixa

#### Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		Variações horizontais	
	2022	2021	2022x2021	
	(em l	R\$mil)	(%)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.357	206.491	-53,34%	
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	102.608	95.007	8,00%	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-44.860	-60.258	-25,55%	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	-97.640	-144.883	-32,61%	
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	-39.892	-110.134	-63,78%	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	56.465	96.357	-41,40%	

As disponibilidades de caixa da Companhia no ano de 2022 tiveram redução de R\$ 39,9 milhões, decorrentes de R\$ 97,6 milhões consumidos nas atividades de financiamentos, R\$ 102,6 milhões gerados nas atividades operacionais e compensados com R\$ 60,2 milhões aplicados nas atividades de investimento.

#### Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou fluxo positivo de R\$ 102,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de R\$ 7,6 milhões ou 8%, se comparado ao fluxo positivo de R\$ 95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função de melhora nas contas de capital de giro.

#### Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou consumo de caixa de R\$ 44,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado ao consumo de caixa de R\$ 60,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os investimentos foram destinados principalmente para as aberturas, reformas e ampliações de lojas.

# Caixa líquido atividades de financiamento

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou consumo de caixa de R\$ 97,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado ao consumo de caixa de R\$ 144,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função de amortização de dívidas da Companhia no período, sem refinanciamento correspondente.

# 2.2 Resultados operacional e financeiro

#### 2.2 Resultado operacional e financeiro

#### a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossa receita foi composta substancialmente pela venda de medicamentos (marca e genéricos), *over the counter* (OTC), e não medicamentos (perfumaria, produtos de higiene pessoal, cosméticos e dermocosméticos). Desenvolvemos nossas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisão.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A atuação da nossa Companhia é voltada à comercialização, no varejo, com abrangência regional, de medicamentos - que engloba medicamentos *branded* (medicamentos sujeitos à prescrição médica), medicamentos genéricos e medicamentos *OTC* (*over-the-counter*), produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que no ano de 2022 apresentou variação de 2,9%. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.
- Inflação: Apesar de não atribuirmos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 5,78% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 2.2(b) e 2.2(c) deste Formulário de Referência.
- b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo Federal anualmente no mês de abril, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). O reajuste médio de preços ao consumidor foi de 10,89% no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro a Companhia, quando relevante

Visto que todos os nossos passivos e despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar.

Estamos sujeitos às leis federais que impõem controle de preços a maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço pode afetar a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia nos afetar adversamente.

# 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

- 2.3 Mudanças significativas nas práticas contábeis Ressalvas e ênfases no parecer do auditor
  - a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

Não houve práticas contábeis que tem resultado em efeitos significativos sobre as informações da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

#### 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

# 2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhuma participação societária foi constituída, adquirida ou alienada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

PÁGINA: 10 de 38

# 2.5 Medições não contábeis

#### 2.5 Medições não contábeis

A seguir as principais medições não contábeis utilizadas por nossa Companhia:

#### a. valor das medições não contábeis

#### EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA

O EBITDA, sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (em português: LAJIDA – lucro antes dos juros, impostos sobre a renda, incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada por nossa Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ou período em questão acrescidos pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e pelas despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA LTM significa o EBITDA da Companhia para os doze meses mais recentes encerrados, contemplando o EBITDA do exercício encerrado em 31 de dezembro 2022.

A Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o EBITDA e a Margem EBITDA foram de R\$ 91,9 Milhões e 2,15% e R\$ 133,1 milhões e 8,5%, respectivamente.

#### EBITDA Aiustado. EBITDA Aiustado LTM e Margem EBITDA Aiustado

A nossa Companhia calcula a medição não contábil de EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para possibilitar uma comparação adequada entre os exercícios sociais. Nós calculamos o EBITDA Ajustado a partir do EBITDA, como definido acima, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foi efetuado o ajuste de arrendamento, impactado pela entrada em vigor do IFRS16 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

Considerando o ajuste anteriormente descrito no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o nosso EBITDA Ajustado e a nossa Margem EBITDA Ajustado foi de R\$49,6 milhões 3,2%, respectivamente.

#### Dívida Bruta e Dívida Líquida

A nossa Dívida Bruta corresponde aos nossos empréstimos e financiamentos registrados no nosso passivo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, nossa Dívida Bruta totalizou R\$ 28,9 milhões (R\$ 51 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Nosso Caixa Líquido é calculado pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e instrumentos financeiros, e totalizou R\$ 27,6 milhões em 31 de dezembro de 2022.

#### Dívida Líquida/EBITDA LTM e Dívida Líquida/EBITDA Aiustado LTM

Utilizamos o índice "Dívida Líquida/EBITDA LTM" e "Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM como forma de calcular nosso potencial de honrar nossas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso Caixa Líquido/EBITDA LTM foi de 0,2x e a nossa Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM foi de 0,56x.

# b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações

# 2.5 Medições não contábeis

#### financeiras

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o lucro (prejuízo) líquido divulgado em nossas informações trimestrais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em R\$ mil)	2022	2021			
Lucro/Prejuízo	11.355,00	1.979,00			
Imposto de renda e contribuição social	1.422,00	-21.165,00			
Resultado financeiro líquido	22.855,00	17.074,00			
Despesas de Depreciação e Amortização	97.460,00	94.038,00			
EBITDA	133.092,00	91.926,00			
Arrendamento <sup>(1)</sup>	-83.692,00	-70.294,00			
EBITDA Ajustado	49.400,00	21.632,00			
Receita operacional líquida	1.483.148,00	1.141.394,00			
Margem EBITDA	8,50%	8,05%			
Margem EBITDA Ajustado	3,20%	1,90%			
Dívida Líquida/EBITDA	0,2 x	0,4 x			
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	0,56 x	1,9 x			

<sup>(1)</sup> Ajuste para fins de comparação em função da aplicação da Norma CPC06(R2) IFRS16 em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre a Dívida Bruta e a Dívida Líquida apresentada em nossas informações trimestrais referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em R\$ mil)	2022	2021			
Empréstimos e Financiamentos (Passivos Circulante)	2.362,00	48.531,00			
Empréstimos e Financiamentos (Passivos Não Circulante)	26.541,00	2.466,00			
Dívida Bruta	28.90300	50.997,00			
Caixa e equivalentes de caixa	-56.465,00	-96.357,00			
(-) Instrumentos Financeiros (Ativo Circulante)	-	-10.572,00			
(-) Instrumentos Financeiros (Ativo Não Circulante)	-	-			
Dívida Líquida	-27.562,00	-55.932,00			

 c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

#### EBITDA Aiustado e Margem EBITDA Aiustado

O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM são utilizados como medidas de desempenho operacional adotadas por nossa administração, pois acredita-se que é uma medida adequada para aferir o desempenho operacional da Companhia. Acreditamos que o EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM funcionam como ferramentas comparativas significativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar

PÁGINA: 12 de 38

# 2.5 Medições não contábeis

determinadas decisões de natureza administrativa. Por conta disso, esses índices são utilizados também como meta da Companhia. Além disso, alguns investidores, agências de "rating" e analistas financeiros os utilizam como um indicador de nosso desempenho operacional e financeiro. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado por entendermos que os ajustes destas medições propiciam uma melhor compreensão da evolução de nosso resultado durante os dois últimos exercícios sociais.

O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standard (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida de nossa Companhia, mas funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações de taxas de juros. alterações da carga tributária do imposto de renda e contribuição social, ou dos níveis de despesas de depreciação e amortização. O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar as despesas de depreciação e amortização, receitas e despesas financeiras, impostos e despesas e receitas que afetaram pontualmente nossos negócios, que, por sua vez, afetam nossos lucros. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA, EBITDA Ajustado, à Margem EBITDA e à Margem EBITDA Ajustado divulgados por outras sociedades.

#### Dívida Bruta e Dívida Líquida

Acreditamos que o cálculo da Dívida Líquida é uma medida que é amplamente utilizada no mercado financeiro e fornece informações importantes sobre o nosso endividamento financeiro. Entendemos que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional da nossa Companhia. Não existe uma definição padrão para medir a Dívida Líquida e a nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida não é uma medida de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou uma medida de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

PÁGINA: 13 de 38

# 2.6 Eventos subsequentes as DFs

# 2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

# STF - Coisa iulgada

Considerando Ofício-Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP sobre a análise do impacto do recente julgado sobre a coisa julgada realizado pelo STF (acórdão ainda não publicado), informamos que a Companhia não adota recolhimento de tributo em desconformidade com a jurisprudência do STF.

PÁGINA: 14 de 38

# 2.7 Destinação de resultados

#### 2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais

#### a. regras sobre retenção de lucros

Os diretores concordam que, segundo a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o Estatuto Social de nossa Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores (se houver) e de qualquer provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Do lucro líquido do exercício, 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal até o limite legal aplicável. Após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (i) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar); e (ii) uma parcela, não inferior a 30% do lucro líquido remanescente, para a constituição de Reserva para Investimentos, reserva estatutária, cuja finalidade é financiar a expansão das nossas atividades e/ou das atividades de nossas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. O montante acumulado a título de Reserva para Investimentos não poderá exceder a 80% do nosso capital social subscrito. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

#### b. regras sobre distribuição de dividendos

Os diretores corroboram que destinamos anualmente pelo menos 25% do lucro líquido ajustado (lucro líquido após a retenção mínima obrigatória e eventuais retenções adicionais) para a distribuição de remuneração aos acionistas na forma de dividendos, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. Por proposta da nossa Diretoria, aprovada pelo nosso Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, poderemos pagar ou creditar juros aos nossos acionistas, a título de remuneração do capital próprio. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto em nosso Estatuto Social, sendo assegurado aos acionistas o pagamento do eventual saldo remanescente. O pagamento efetivo dos juros sobre capital próprio dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. Nosso Estatuto Social também autoriza a distribuição o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou em prazos menores, podendo ser declarados dividendos intercalares com base nesses balanços, por decisão do nosso Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral.

## c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos, conforme o nosso Estatuto Social, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Em 31 de dezembro de 2022, não possuíamos restrições à distribuição de dividendos, exceto pelo disposto: (i) na Lei das Sociedades por Ações, e (ii) em nosso Estatuto Social.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

PÁGINA: 15 de 38

# 2.7 Destinação de resultados

A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, a qual foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de junho de 2021 e está disponível para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.reded1000.com.br/) e no website da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

PÁGINA: 16 de 38

#### 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

#### 2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:
  - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
  - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iii.contratos de construção não terminada

Não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

#### b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

PÁGINA: 17 de 38

# 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

# 2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

PÁGINA: 18 de 38

# 2.10 Planos de negócios

#### 2.10 - Plano de negócios

#### a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O nosso plano de negócios que se encontra descrito abaixo está baseado na captação de recursos por meio da nossa oferta pública primária de ações, a qual se deu em 10 de agosto de 2020. Parte de nossos investimentos futuros é dedicado majoritariamente à abertura de novas lojas, tendo sido inauguradas 30 lojas em 2021, outras 10 lojas em 2022, previsão de abertura de 30 lojas em 2023 e mais 35 lojas previstas em 2024, mas também à reforma e incremento da área de vendas de parte das lojas já existentes, sendo 20 lojas reformadas em 2022, previsão de outras 12 lojas em 2023 e para 2024 a previsão é de reformar 10 lojas.

Informamos ainda que a Companhia espera inaugurar de 260 a 280 lojas até 31 de dezembro de 2028. Pretendemos executar o plano de expansão e inaugurar novas lojas em cidades onde estamos presentes, aumentando participação nas mesmas. Sendo assim, buscamos antecipadamente mapear locais que preenchem os nossos requisitos para a abertura de lojas das nossas bandeiras.

Além dos investimentos em novas lojas e reformas, pretendemos continuar investindo emprojetos, tecnologias e infraestruturas que suportem a estrutura atual e a estratégia de crescimento.

#### ii. fontes de Financiamento dos investimentos

Os Diretores da nossa Companhia afirmaram que as principais fontes de financiamento utilizadas para os investimentos realizados até o momento foram o caixa gerado por nossas operações e os recursos de nossos acionistas, inclusive a captação oriunda da oferta pública de ações. A partir de agora, a geração de caixa suportará as novas ações de aberturas de lojas e reformas, em linha com os nossos investimentos previstos no item "i"

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da nossa Companhia informaram que até o momento não há desinvestimentos em andamento ou previstos, restando a possibilidade de encerramento de lojas eventualmente, caso não apresentem o desempenho esperado para o portfólio da Companhia.

# b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

#### c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

PÁGINA: 19 de 38

# 2.10 Planos de negócios

- ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ouserviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores esclarecem que a nossa Companhia não possui novos produtos

# d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No Grupo Profarma, somos movidos a desafios. Inovações, conexões e muitas realizações fizeram parte desta nossa jornada. Nossa Governança é norteada pelas melhores práticas do mercado, atenta aos pilares ASG e fundamentada pela transparência das ações com os stakeholders internos e externos. Lançamos recentemente nossa Política e divulgamos nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade. Sabemos que o cenário mundial vivenciado nos últimos anos trouxe grandes desafios econômicos, ambientais e socioculturais o que evidenciou a importância do trabalho em rede. Nunca foi tão relevante promover o acesso à saúde e bem-estar com atuação inclusiva, sustentável e socialmente engajada.

# 2.11 – Outros fatores com influência relevante 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional Análise dos impactos do COVID-19 em nossas atividades

Conforme descrito no item 4.1 – "O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), provocou um efeito adverso em nossas operações, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente as nossas operações. Qualquer retorno de situação semelhante, poderá, novamente, resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.", as nossas operações, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas por nós poderão continuar sofrendo um impacto relevante em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia, a exemplo do que aconteceu com a COVID-19.

Os efeitos econômicos da Covid 19 foram impactantes por alguns aspectos: alta concentração das nossas lojas em shoppings, 17% da nossa base, que concentraram R\$ 89 milhões da nossa perda de venda no ano de 2020; forte presença nos grandes centros comerciais que também sofreram com as restrições ao fluxo de consumidores redirecionando para os bairros uma parte importante do consumo, o que beneficiou farmácias independentes e associações. Por conta destes dois fatores, somados ao encerramento de lojas de baixa rentabilidade, em certos períodos do ano chegamos a operar com um número de unidades até 13% inferior ao que iniciamos 2020. Vale pontuar que Rio de Janeiro e Distrito Federal, nossas principais áreas de atuação, aparecem no ranking entre os 6 estados onde o plano de auxílio emergencial do governo teve a menor relevância, 1,9% e 0,7% respectivamente, como percentual do PIB estadual, enquanto a média do Brasil foi de 2,5% e regiões como Norte e Nordeste tiveram um impacto positivo de 4,8% e 6,5% respectivamente. O conjunto desses fatores afetou em maior grau as nossas operações nos meses de abril, maio e junho de 2020, ou seja, meses relacionados ao segundo trimestre de 2020.

Em 2021, com o avanço da vacinação e retorno do fluxo de pessoas às ruas, vimos uma recuperação dos nossos negócios e recuperação do market share da Companhia. Além disso, continuamos com o plano de expansão, cumprindo o guidance de abertura de 30 lojas, assumido para o ano de 2021. Nossas lojas novas têm se mostrado bastante assertivas em relação à média de vendas esperada e, consequentemente, rentabilidade. Entretanto, caso o cenário de pandemia retorne, não é possível assegurar a extensão dos impactos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios. Não obstante, é importante destacar que o mercado de atuação da nossa Companhia — o varejo farmacêutico — já apresentou em cenários pretéritos de crise considerável resiliência, tendo em vista a essencialidade dos produtos comercializados.

Ao longo de 2021, também fortalecemos as nossas alternativas de *call centerl delivery e nossa venda "não presencial" já representou 7,6% da venda do ano.* 

Em 2022 o grupo conta com 218 lojas abertas funcionando normalmente o ano todo, sem restrições de funcionamento, voltando aos patamares de vendas do período pré-Covid.

Continuamos monitorando os desdobramentos da pandemia, com o objetivo de preservar a nossa segurança, de nossos colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em nossos negócios.

Adicionalmente, os nossos Diretores reportaram que a nossa Companhia conseguiu manter suas necessidades de capital de giro dentro dos limites de crédito disponíveis até data deste Formulário de Referência, sem prejudicar a capacidade de pagamento frente aos compromissos de curto e longo prazo assumidos. Ainda, durante esse período, os Diretores não verificaram dificuldades na obtenção e/ou acesso a renovações de linhas de crédito junto a instituições financeiras.

# 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

- *i.* montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- ii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iii. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores esclarecem que a nossa Companhia não possui novos produtos

#### a. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No Grupo Profarma, somos movidos a desafios. Inovações, conexões e muitas realizações fizeram parte desta nossa jornada. Nossa Governança é norteada pelas melhores práticas do mercado, atenta aos pilares ASG e fundamentada pela transparência das ações com os stakeholders internos e externos. Lançamos recentemente nossa Política de Sustentabilidade e divulgamos em 27 de setembro de 2022 nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade. Sabemos que o cenário mundial vivenciado nos últimos anos trouxe grandes desafios econômicos, ambientais e socioculturais, o que evidenciou a importância do trabalho em rede. Nunca foi tão relevante promover o acesso à saúde e bem-estar com atuação inclusiva, sustentável e socialmente engajada.

#### 5.1 – Descrição de Gerenciamento de Riscos

# a. política formalizada de gerenciamento de riscos

Em reunião realizada em 3 de março de 2020 os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gestão de riscos, a qual foi alterada em 12 de junho de 2020 ("<u>Política de Riscos</u>" e "<u>RCA 12.06.2020</u>"), que é aplicável à Rede d1000 e estabelece os princípios e diretrizes a serem observados no gerenciamento de riscos da nossa Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitoraros riscos aos quais estamos sujeitos.

A Política de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes organizacionais da nossa Companhia e tem como fundamento recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas, dentre as quais o Gerenciamento de Riscos Corporativos ERM – *Enterprise Risk Management Framework* – COSO (*Committeeof Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). Adicionalmente, nossa Política de Riscos tem respaldo na Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e demais normas emanadas pela Autarquia, no Regulamento do Novo Mercado e em nossos Código de Conduta Ética e Regimento Interno no Comitê de Auditoria.

# b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Riscos visa estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Companhia, suas controladas e coligadas, de forma a possibilitar a identificação, a avaliação, o monitoramentoe a comunicação de riscos aos administradores, permitindo a redução do grau de incerteza no alcance dos nossos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade de nossos negócios, reduzindo os nossos níveis de exposição a perdas.

i) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos obter proteção para os riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência que possamoferecer impactos negativos aos objetivos traçados por nossa administração. Consideramos como risco todo evento ou ação que represente uma ameaça, externa ou interna, que possa afetar negativamente a realização dos objetivos, negócios e oportunidades de negócios das sociedades de nosso grupo ou de nossos processos. Os riscos para os quais buscamos proteção estão classificados em:

- **RISCO ESTRATÉGICO** Possibilidade de eventos, internos e externos a organização, que possamcomprometer o alcance dos objetivos de negócio e resultados pretendidos.
- RISCO OPERACIONAL Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ouinadequação de processos internos, pessoas e ambiente tecnológico, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceirosdecorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; aumento do preço e não renovação dos aluguéis; incapacidadede operar, ou seja, a falta de habilidade em identificar oportunidades para novos pontos de venda; a manutenção de níveis de estoque para atender a demanda das nossas lojas, bem como o recrutamento, seleção e treinamento de colaboradores; e ainda aqueles que acarretem a interrupção das atividades daRede d1000 como abastecimento e distribuição de produtos para as lojas.
- RISCO REGULATÓRIO Possibilidade de não aderência a requisitos regulatórios decorrentes de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou local, podendo resultar em crescente pressão competitiva e afetar significativamente a habilidade da Rede d1000 em administrar eficientemente seus negócios.
- RISCO DE IMAGEM Possibilidade de ocorrência de relatos de má conduta e discriminação
  em nossas lojas ou atendimento inadequado aos relatos e insatisfações de Clientes, podendo
  ocasionar uma publicidade negativa com rápido alcance nacional nas mídias e redes sociais, com

danos à integridade e imagem das Marcas, bem como aos seus representantes, afetando toda a d1000 varejo farma.

#### ii) instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a nossa Companhia realiza a avaliação e priorização dos riscos. Essa etapa tem como objetivo avaliar a possibilidade de um risco ocorrer e ter um impacto nos objetivos de organizações, projetos ou atividades da nossa Companhia como um todo, sendo medido em termos de gravidade das consequências e probabilidade de materialização.

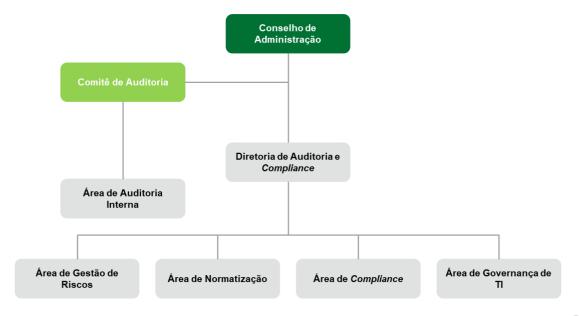
O nosso modelo de gestão de riscos é baseado na premissas do COSO (Committee of Sponsoring Organizationsof the Treadway Commission) e da ISO 31000, padrões internacionalmente reconhecidos para gestao de riscos.O processo é composto fundamentalmente por 04 (quatro) etapas:

- a) <u>Identificação dos riscos</u>: identificação dos riscos e respectivos fatores (causas) de riscos e implicaçõesnos objetivos (metas e resultados) projetados;
- b) <u>Avaliação</u>: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com asrespectivas respostas aos riscos;
- c) <u>Tratamento</u>: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- d) <u>Monitoramento</u>: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar a efetiva implantação das ações mitigatórias, mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo resultar em novos riscos e causas.

Adicionalmente, os órgãos de nossa Companhia responsáveis pela avaliação de nossa Política de Riscos atuamde forma a aferir a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos, controles internos e governança da Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando necessário, para utilizar as melhores práticas de mercado que sejam aplicáveis à nossa Companhia.

#### iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da nossa Companhia é multidisciplinar e conta com a participação dos seguintes órgãos: (i) Conselho da Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Área de Auditoria Interna; e (iv) Diretoria de Auditoria e *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das áreas deGestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI), conforme organograma abaixo:



As competências dos órgãos de nossa estrutura organizacional estão definidas conforme

#### abaixo: Diretoria de Auditoria e Compliance

- Cabe à Diretoria de Auditoria e *Compliance* definir a metodologia a ser utilizada no processo de gerenciamento de riscos e elaborar a proposta do apetite ao risco, conforme o apetite ao risco de nossaCompanhia.
- A Diretoria de Auditoria e *Compliance* encaminhará a proposta do apetite ao risco para revisão do Comitê de Auditoria e posterior aprovação do Conselho de Administração.
- A Diretoria deve acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantirsua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Riscos e submetendo adequaçõese melhorias para a aprovação do Conselho de Administração.
- Ainda, a Diretoria de Auditoria e *Compliance* conta com o auxílio das seguintes áreas:
  - O Gestão de Riscos: Cabe à área de Gestão de Riscos atuar visando fortalecer o ambiente de controles internos da Companhia por meio da: (i) análise de riscos e controles, (ii) proposição de melhorias nos processos da Companhia, e (iii) identificação de oportunidades que gerem valor para a Companhia.
  - Normatização: Cabe à área de Normatização suportar a Rede d1000 no desenvolvimento e revisão de suas normas e procedimentos internos, bem como divulgá-las a toda empresa, com o suporte da área de Comunicação Institucional.
  - Compliance: Cabe à área de Compliance desenvolver ações que monitoramento e acompanhamento visando garantir que políticas e diretrizes organizacionais, bem como requisitos legais, estão sendo cumpridos, a fim de mitigar o risco de submissão da companhaa penalidades e perdas financeiras.
  - O Governança de TI: Cabe à área de Governança de TI desenvolver a cultura de governança corporativa de TI da nossa Companhia, monitorando, sugerindo e suportando as áreas de negócio na implementação de controles que mitiguem os riscos inerentes aos sistemas que suportam as nossas principais atividades de negócio.

#### Comitê de Auditoria

- Cabe ao Comitê de Auditoria avaliar a estrutura de gestão de riscos e os riscos da Companhia, avaliando continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia, monitorando as exposições de risco da Companhia, recomendando melhorias sempre que necessário, em linha com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.
- O Comitê de Auditoria analisará as condições de controle de riscos às quais estamos expostos e/ou sujeitos, ponderando a qualidade e efetividade das decisões tomadas para gerir os riscos.
- Por ser órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, os pareceres do Comitê de Auditoriaconstituem recomendações não vinculativas ao Conselho de Administração, sendo que tais pareceresdevem ser acompanhados pela análise que suporte tal decisão.

# Conselho de Administração

• Respeitadas as atribuições dos demais órgãos, cabe ao Conselho de Administração aprovar as alterações à Política de Riscos, autorizar, se necessário, quaisquer exceções à Política de Riscos, definir o nível de apetite ao Risco na condução dos negócios e assegurar a aderência da Companhia àspolíticas e às estratégias de gerenciamento de Riscos estabelecidas.

• O Conselho de Administração também deve buscar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na Rede d1000 e assegurar recursos adequados e suficientes para a execução do gerenciamentode riscos de forma independente, objetiva e efetiva.

#### Área de Auditoria Interna

- A Área de Auditoria Interna é responsável por aferir qualidade e efetividade no processo de gestão deriscos, controles internos e governança da Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando preciso, para utilizar as melhores práticas de mercado.
- Cabe à Área de Auditoria Interna auditar os processos e controles internos, de acordo com metodologia estabelecida e plano anual aprovado, a fim de verificar o cumprimento de normas, políticas e procedimentos.
- A Área de Auditoria Interna também deve avaliar os apontamentos realizados pelos auditores externose o grau de coordenação com as áreas envolvidas.
- Cabe à Área de Auditoria Interna fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

Adicionalmente, adotamos o conceito das 3 (três) Linhas de Defesa para operacionalizar a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas, conformeapresentadas a seguir:

#### <u>1ª Linha de Defesa</u>

A 1ª Linha de Defesa busca assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas. Compete a ela:

- Gerir os riscos e controles dos processos de sua atribuição e das atividades terceirizadas relevantes sob sua coordenação, por meio de abordagens preventivas e detectivas;
- Implementar ações para mitigação e/ou monitoramento dos riscos;
- Avaliar as normas externas e internas e verificar o impacto que estas podem ter nos processos eprocedimentos da Companhia e a necessidade de planos de ação para garantir a aderência; e
- Definir e implementar os planos de ação para tratamento dos riscos apontados pela Diretoria de Auditoria e Compliance (com o auxílio de suas áreas integrantes) e pela Área de Auditoria interna.

# 2ª Linha de Defesa

A 2ª Linha de Defesa dá apoio à 1° Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e é representada pela Diretoriade Auditoria e *Compliance* (com o auxílio de suas áreas integrantes), possuindo estrutura, avaliação e reporteindependentes sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle da Rede d1000. A 2ª Linha de Defesacompreende:

- A coordenação das atividades de gestão de riscos, controles internos e *compliance*, sendoindependente no exercício de suas funções;
- O desenvolvimento e a disponibilização das metodologias, ferramentas e governança

- necessários para suportar o gerenciamento de riscos e compliance nas atividades da Rede d1000;
- O apoio à 1ª Linha de Defesa na implementação de práticas eficazes de gestão dos Riscos;
- A certificação da eficiência e da eficácia do ambiente de controle da primeira linha de defesa, através do mapeamento do processo, levantamento dos riscos e controles;
- O suporte a governança dos temas de gestão de riscos, controles internos e *compliance*, por meioda implementação da metodologia especifica para este fim; e
- A atuação em conjunto com outras áreas de suporte da organização que, dentre suas atribuições,também possuam atividades da 2ª Linha de Defesa, como: prevenção a fraudes, segurança da informação, sustentabilidade, recursos humanos e jurídico, dentre outras.

# 3ª Linha de Defesa

A 3ª Linha de Defesa é representada pela Área de Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. A 3ª Linha de Defesa compreende:

- A realização de auditorias em processos, subprocessos e rotinas críticas definidas para todo a Rede d1000, conforme Plano Anual, este devidamente alinhado com o Diretor Presidente da Companhia e aprovado pelo Comitê de Auditoria;
- O acompanhamento dos planos de ação alinhados nos pareceres, de forma a garantir sua implementação;
- A identificação de novas fragilidades e processos aptos à priorização a partir dos resultados da avaliação de riscos em execução;
- A adequação ao porte do ambiente de testes substantivos ou de monitoramento contínuo a partirda identificação de novos riscos ou do agravamento dos que já foram identificados; e
- A realização, com acompanhamento pelo Comitê de Auditoria, de trabalhos de investigação dasdenúncias e reclamações recebidas, tanto pelos canais de denúncia ou comunicação da Rede d1000, quanto diretamente pelas demais áreas da Companhia.

# c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O nosso Conselho de Administração entende que a Área de Auditoria Interna da Companhia possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e de nossa Política de Remuneração doConselho de Administração, aprovada em reunião realizada em 3 de março de 2020.

A Companhia implementou a Diretoria de Auditoria e *Compliance* visando verificar a adequação destes controles e atividades atuais com as práticas e diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pela Companhia.

A Diretoria de Auditoria e *Compliance* (com o auxílio de suas áreas integrantes) é responsável por desenvolvere disponibilizar as metodologias, ferramentas e governança necessários para suportar o gerenciamento de riscos e *compliance* das atividades da Rede d1000, e certificar a eficiência e a eficácia do ambiente de controlesda Companhia.

Consideramos que nossa estrutura operacional possibilita a verificação da efetividade da Política de Riscos por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Área de AuditoriaInterna, da Diretoria de Auditoria e Compliance (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, Compliance e Governança de TI).

#### Informações Adicionais

Denúncias Internas e Externas no Âmbito do Código de Conduta Ética. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 fomos informados por meio de nossos canais de denuncias de 73 ocorrências, sendo 39 categorizadas como denúncias, na d1000 varejo farma. Dentre estas 39 denúncias, 100% foram originadas internamente. Ressalta-se que todass as ocorrências foram devidamente tratadas, sendo adotados os procedimentos cabíveis.

# Políticas de gerenciamento dos riscos de mercado indicados no item 4.1 e 4.3

# a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação

Em reunião realizada em 3 de março de 2020, os membros do nosso Conselho de Administração deliberarampela aprovação da nossa política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi alterada em 12 de junho de 2020 ("<u>Política de Riscos</u>" e "<u>RCA.12.06.2020</u>"), que é aplicável à Rede d1000 e estabelece os princípios e diretrizes a serem observados no gerenciamento de riscos da nossa Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitoraros riscos aos quais estamos sujeitos.

A Política de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes organizacionais da nossa Companhia e tem como fundamento recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas, dentre as quais o Gerenciamento de Riscos Corporativos ERM – Enterprise Risk Management Framework – COSO (Committeeof Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). Adicionalmente, nossa Política de Riscos tem respaldo na Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e demais normas emanadas pela Autarquia, no Regulamento do Novo Mercado e em nossos Código de Conduta Ética e Regimento Interno no Comitê de Auditoria.

**b.** os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

## i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

A nossa Política de Riscos subdivide nossos riscos em três macro categorias: (i) riscos estratégicos; (ii) riscos operacionais; e (iv) riscos regulatórios. Dentro dos riscos estratégicos, se encontram os riscos financeiros e osde mercado para os quais buscamos proteção, que são aqueles que decorrem de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado e que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.

Em 31 de março de 2020, o principal risco financeiro considerado pela gestão da alta administração era a taxade juros que decorre da possibilidade de sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre nossos ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco consiste em empréstimos e financiamentos, tomados por nossa Companhia, indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e o risco de variação do CDI é parcialmente mitigado pelas nossas aplicações financeiras, também indexadas pelo CDI.

# ii. estratégias de proteção patrimonial (hedge)

Para nos proteger de risco cambial patrimonial, contratamos operações de *swap* observando as mesmas datas, vencimentos e valores nocionais de nossas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moedaestrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI aplicada em ummontante em Reais.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

O instrumento que utilizamos para proteção patrimonial (hedge) é o indicado no item "ii" acima.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Acreditamos gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principaisobjetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Nesse sentido, a nossa política de gerenciamento de riscos não estabelece um parâmetro pré-definido para o gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que são analisados caso a caso por nossos órgãos responsáveis.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável, tendo em vista que em 31 de março de 2020 não operávamos com instrumentos financeiros comobjetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Adotamos uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos gerais e de riscos de mercado, tendo em vista que nossa estrutura organizacional foi estruturada de forma a abranger todos os riscos aos quais estamos expostos, sendo multidisciplinar e contando com ampla participação dos seguintes órgãos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Área de Auditora Interna; (iv) Diretoria de Auditoriae *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* Governança de TI).

Para verificar nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, ver item 5.1(iii) deste Formulário de Referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Consideramos que nossa estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolvemos por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Área de Auditoria Interna, da Diretoria de Auditoriae *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance*e Governança de TI).

# 5.2 Descrição dos controles internos

#### 5.2 - Práticas de controle adotadas para a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

**a.** Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A nossa Companhia possui um nível de automatização e integração de seus sistemas, que conferem maior eficiência e segurança aos processos, suportando a elaboração das demonstrações financeiras. Temos como prática a busca por uma evolução constante de nossos controles internos trabalhando com as melhores práticas para garantir, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das nossas demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Para tal, a nossa Companhia e nossas controladas possuem o mesmo sistema integrado de gestão, inclusive, o módulo contábil.

A área de Controladoria da nossa Companhia valida as informações e a consistência destas com as informações acompanhadas pelos gestores durante os processos de elaboração de demonstrações financeiras e informações gerenciais. Todas as linhas de resultado de cada centro de custo são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, os sistemas de informações estão configurados para disponibilização das informações de acordo com as normas e padrões contábeis definidos pelos órgãos reguladores.

No processo de elaboração das demonstrações financeiras, as revisões e análises são realizadas primeiramente no nível de coordenação contábil, e posteriormente pelos níveis de gerência e Diretoria Financeira. A aprovação final das demonstrações financeiras passa ainda pelo Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, sendo finalmente aprovadas pelo nosso Conselho de Administração. Anteriormente à sua divulgação, as demonstrações financeiras são examinadas por auditores independentes, os quais emitem um relatório sobre a referida demonstração financeira.

Com relação às providências adotadas por nós para corrigir eventuais imperfeições nas práticas de controles internos, ressaltamos que as deficiências de controles internos são monitoradas mensalmente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas. Adicionalmente, também realizamos as seguintes atividades:

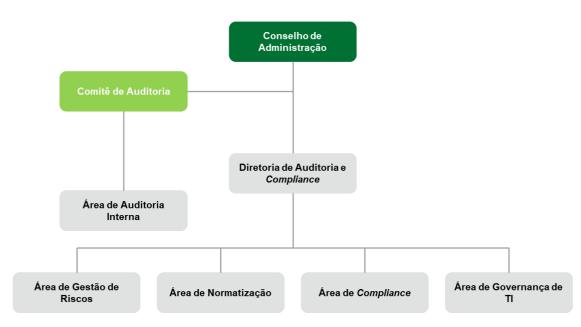
- Análise e registro de possíveis contingências;
- Verificação de consistências dos módulos por meio de conciliações;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras; e
- Verificação comparativa entre orçado *versus* realizado por todas as áreas.

# **b.** Estruturas organizacionais envolvidas

A nossa Companhia possui uma estrutura organizacional de controles internos para assegurar a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis, com o objetivo de assegurar a conformidade às normas contábeis aplicáveis e às melhores práticas de controles internos em cada área que desempenha papel relevante no fornecimento dos dados que subsidiarão as demonstrações financeiras da nossa Companhia. A referida estrutura, para tal, é composta pela (i) Gerência de Controladoria, a qual é subordinada ao Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Área Contábil, (iii) Área de Auditoria Interna (iv) Diretoria de Auditoria e Compliance (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI), (v) Vice-Presidência de Finanças e de Relações com Investidores (corporativo), (vi) Conselho de Administração; (vii) Comitê de Auditoria; e (viii) Conselho Fiscal.

A estrutura organizacional do gerenciamento corporativo está apresentada a seguir:

# 5.2 Descrição dos controles internos



Para mais detalhes sobre a nossa estrutura de gestão de riscos, vide item 5.1.(iii) deste Formulário de Referência.

**c.** Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O grau de eficiência dos controles internos é monitorado pela Diretoria de Auditoria e *Compliance* (que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI) de nossa Companhia, através de trabalhos de auditoria interna em seus macroprocessos, monitoramento de subprocessos e rotinas críticas quanto a sua aderência a normas e procedimentos internos, avaliação e mapeamento de riscos de áreas e processos relevantes, monitoramento quanto a aderência/compliance a aspectos da legislação e atividades/projetos inerentes à governança/segurança do nosso ambiente de TI. O reporte é realizado aos nossos executivos, bem como ao nosso Conselho de Administração periodicamente. Os responsáveis por este processo é o Diretor de Auditoria e *Compliance*.

Em 2022, a área de Auditoria Interna desenvolveu trabalhos referentes a (i) |cost saving, (ii) gestão e controle do programa de PBM, (iii) lançamentos manuais (iv) contas a pagar, (v) gestão de ativos, (vi) obras do projeto de Expansão d1000 (vii) devoluções e cancelamentos de venda, (viii) descontos, (ix) fechamento de caixa, (x) programa farmácia popular e (xi) controle de provisões. Com relação à análise de riscos e compliance, também efetuamos análises quanto à aderência dos processos da Companhia ao FCPA (Foreign Corrupt Practices Act) e Lei anticorrupção brasileira.

Os nossos controles são constantemente avaliados a partir dos trabalhos dos departamentos envolvidos, que seguem as diretrizes da auditoria abordando os nossos principais processos.

Utilizamos o sistema SAP para atividades de gestão e controle, que facilita o fluxo de informações entre todas as nossas atividades, por meio da adoção de um banco de dados centralizado.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos apontadas pelo Auditor Independente

Não foi reportado pelos auditores independentes qualquer deficiência significativa nos nossos controles

# 5.2 Descrição dos controles internos

internos no último relatório de recomendações enviado à nossa Companhia. Adicionalmente, os Diretores da nossa Companhia avaliaram o relatório e entenderam que não há relevância e necessidade divulgação dos comentários relativos às outras deficiências (isto é, deficiências não significativas) identificadas pelos auditores independentes.

#### e. Comentários dos Diretores

Não há comentários da Administração, tendo em vista que não foram reportadas deficiências significativas norelatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos.

PÁGINA: 32 de 38

# 5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

Nós implementamos em 2015 os canais de comunicação interna, disponíveis a todos os nossos "stakeholders", que devem ser utilizados para a comunicação de quaisquer situações que caracterizem violação ao Código de Ética da Companhia, incluindo, quaisquer suspeitas ou indícios de violação à Lei anticorrupção brasileira (Leinº 12.846/2013), US Foreign Corrupt Pratices Act – FCPA e UK Bribery Act (UKBA), dentre outras.

**a.** se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção eremediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfile riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliadose as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Nós instituímos um programa de *Compliance*, conforme norma geral NG 107.000.0, que inclui as diretrizes para revisão dos instrumentos normativos do Grupo, bem como define a estrutura, ferramentas e procedimentosutilizados para adequada gestão de riscos do Grupo. Dentre os instrumentos que também suportam este processo destacamos o nosso Código de Ética, a norma geral NG 107-001.1 – Politica Anticorrupção e a NG

107.00.0 – Programa de Compliance.

O processo contínuo de avaliação de riscos da companhia compreende, dentre outras ações:

- A disponibilização de canais de denúncia e comunicação a todos acionistas, administradores, gestores, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, clientes, parceiros comerciais e comunidade em geral;
- A implementação de processo investigatório para as ocorrências recebidas;
- A adoção de um processo contínuo de gestão normativa, que objetiva a criação e revisão de normas e procedimentos formais, referentes aos mais diversos processos do grupo, bem comoa divulgação a todos os colaboradores;
- A realização de análises de riscos e levantamento/avaliação de controles internos inerentes aosmais diversos processos do Grupo, conforme planejamento anual previamente definido e metodologia especifica, definida no procedimento PR 107-002.1 Mapeamento de processos e análise de riscos.
- O desenvolvimento de ações de treinamento referentes ao Código de Ética e Política Anticorrupção pela área de "Cultura, Gente e Gestão" e "Auditoria e *Compliance*".
- A realização de diligencia em seus fornecedores, conforme procedimentos internos, de forma a obter informações sobre sua conduta, a fim de assegurar a contratação de empresas idôneas,à luz da legislação anticorrupção brasileira vigente, através da avaliação prévia do histórico e respectivo perfil destas empresas.
- O atendimento a diligências da indústria farmacêutica, com fornecimento de subsidio documental e informações sobre nossas práticas de governança, controles internos e negócio do Grupo.
- A realização de diligências quando da existência de projetos de fusões e aquisições na Rede d1000.
- A realização de auditorias em processos, subprocessos e rotinas críticas definidas em todo a Rede d1000, conforme Plano Anual, este devidamente alinhado com o CEO e Conselho de Administração do Grupo Profarma.
- O desenvolvimento do processo de *follow-up dos* planos de ação gerados a partir das auditoriasinternas e trabalhos de análise de riscos realizados, dentre outros.
- A realização de projetos de governança de TI que, dentre outros, tem por objetivo a melhoria

da segurança das informações mantidas em nosso ambiente informacional, a eficácia dos controles internos suportados por ferramentas automatizadas de TI e a mitigação do risco de evasão de informações estratégicas, relevantes e confidenciais da empresa.

• A realização de análise de registros contábeis e financeiras a fim de assegurar que não temos ocorrências de descumprimento das premissas estabelecidas na FCPA Act e Lei Anti Corrupção Brasilera.

A partir destas e de outras ações desenvolvidas anualmente, as normas e procedimentos internos são aprimorados ou revisados, bem como novos instrumentos normativos são criados, a fim de garantir o contínuoaprimoramento e eficácia de nosso processo mitigatório de riscos organizacionais.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam,e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Toda nossa estrutura organizacional é mandatoriamente envolvida e comprometida com aplicação dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo. Destacamos a Diretoria de Auditoria e *Compliance* do Grupo Profarma, criada em novembro de 2014, com aprovação do Conselho de Administração do Grupo, que tem como principal atribuição a implementação do programa de *Compliance*. Suas atribuições compreendem, dentre outros, a realização de auditorias internas nos processos e áreas de todas as empresas do Grupo Profarma, a gestão dos canais de denúncia, o desenvolvimento dos processos investigatórios, a realização de análises de risco e mapeamento de controles também em todas as áreas e processos do Grupo, incluindo análises visando a adequação da empresas às premissas da Lei anticorrupção brasileira nº 12.846/2013, e FCPA, o desenvolvimento de instrumentos normativos visando suportar os processos organizacionais, a implementação de projetos de governança de TI, a realização do processo de controle e monitoramento quanto à implantação dos planos de ação oriundos destes trabalhos ("Follow-up") e o desenvolvimento da ações de monitoramento quanto a aderência das empresa (*compliance*) a aspectos regulatórios, trabalhistas.

A Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que compreende as nossas Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI, é responsável pela função de *compliance* de nossa Companhia e atua na avaliação dos controles internos, visando verificar a adequação destes controles e atividades atuais com as práticas e diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pela Companhia.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediáriose associados

A nossa Companhia possui um Código de Conduta Ética formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2020 e revisado em DEZ/21, que também é aplicável a todos de nosso Grupo: membros do Conselho de Administração e de nossa Diretoria, colaboradores, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços, clientes e qualquer pessoa agindo em nome da Rede d1000. O Código de Conduta Ética serve de diretriz para todas as políticas e normas vigentes.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregadossão treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os nossos Diretores, Conselheiros e Colaboradores são anualmente orientados quanto às premissas estabelecidas no Código de Ética pela Diretoria de Cultura, Gente e Gestão, com suporte e participação da Diretoriade Auditoria e *Compliance*.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O nosso Código de Ética estabelece as regras de conduta ética e define as condutas intoleráveis que estão sujeitas a sanções e medidas disciplinares. As infrações ao código são analisadas pelo Comitê de Ética que define as medidas disciplinares a serem aplicadas, conforme previsto no referido Código, que compreendem desde a aplicação de advertências formais e desligamento por justo motivo de infratores, até a tomada de medidas legais, conforme gravidade da infração.

• órgão que aprovou o Código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locaisna rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nosso Código de Ética foi formalmente aprovado por nosso Conselho de Administração em 3 de março de 2020 e revisado em dezembro de 2021. O referido Código está disponível no website de relações com investidores da Companhia (https://ri.d1000varejofarma.com.br/), no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

- **b.** se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Em 2022, os nossos canais de denúncia foram geridos internamente, pela própria Diretoria de Auditoria e Compliance, porém em 2023 estes serão substituidos por canais externos e serão geridos por empresa especializada, com altissima reputação no mercado, contratada para este fim.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somentede empregados

Os canais de comunicação e denúncia estão disponíveis a todos os *stakeholders* do Grupo, incluindo, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, empregados e comunidade em geral. A nossa Companhia disponibilizou em 2022 os seguintes canais para a realização de denúncias:

- Fale com o Presidente <u>falecomopresidente@d1000varejofarma.com.br</u>
- Fale com a Auditoria <u>canal.auditoria@d1000varejofarma.com.br</u>
- Disque Denúncia 0800 024 3000
- Comitê de Ética comite.etica@d1000varejofarma.com.br

Em 2023 estes serão substituidos por canais externos também disponiveis para o recebimnto de denuncias de terceiros.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O nosso Código de Ética estabelece que o anonimato dos denunciantes é garantido e que, sob nenhuma circunstância, quaisquer denúncia servirá como base para retaliação ou intimidação de qualquer colaborador.

O uso de qualquer um de nossos canais não exige que os denunciantes se identifiquem permitindo aos mesmosque se mantenham anônimos.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Todas as ocorrências recebidas através dos canais de comunicação são direcionadas automaticamente para nossa Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que qualifica individualmente cada ocorrência e define, com o suporte do nosso Comitê de Ética, as tratativas a serem adotadas a cada uma delas. Conforme teor de cada denúncia, reclamação, solicitação ou sugestão recebida, são definidas as ações a serem tomadas e as áreas responsáveis, sendo que todas as ocorrências são monitoradas até a sua conclusão pela Diretoria de Auditoriae *Compliance*.

As ocorrências que, devido ao seu teor e complexidade, exigem a realização de investigações, são tratadas pela Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que tem a responsabilidade de definir o respectivo Plano de Investigação, proceder com a condução do processo investigativo, concluir sobre a procedência ou não da ocorrência, definircontroles mitigatórios, quando aplicável, e reportar os resultados à alta administração.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 fomos informados por meio de nossos canais de comunicação de 73 ocorrências, sendo 39 categorizadas como denúncias, sendo todas originadas internamente. Ressalta-se que todos foram devidamente tratada, sendo adotados os procedimentos cabíveis. O nosso Comitê de Ética tem relevante participação neste processo e, conforme teor das ocorrências, delibera sobre asações a serem tomadas e respectivas medidas disciplinares a infratores, quando aplicável.

Em 2022, o Comitê de Ética deliberou, dentre outros temas, sobre questões relacionadas a postura de gestores no trato diário com subordinados e aspectos comportamentais dos colaboradores que supostamente estariam ferindo os valores éticos da companhia.

Para suportar este processo, possuímos instrumentos normativos que formalmente estabelecem suas premissas, dentre os quais destacamos o nosso Código de Ética, o procedimento PR 107-001.1 - Apuração de Denúncias, a norma geral NG 100-003.0 - Política Anticorrupção e a NG 107.000.0 - Programa de *Compliance*.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve registro ou identificação de casos com essas características contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

As regras, políticas, procedimentos ou práticas foram descritas nos itens anteriores.

A Diretoria de Auditoria e Compliance desenvolve ainda a analise independente de centenas de registros selecionados por critérios amostrais, mensalmente, inerentes a operações contábeis e financeiras, a fim de assegurar que não temos ocorrências de descumprimento das premissas estabelecidas na FCPA Act e Lei AntiCorrupção Brasilera.

# 5.4 Alterações significativas

# 5.4 -Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos.

PÁGINA: 37 de 38

# 5.5 Outras informações relevantes

# 5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não estejam mencionadas na seção 5 deste Formulário deReferência.